

Medida Provisória nº 654, de 2014

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor de R\$ 1.304.652.399,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1.304.652.399,00, em favor dos Ministérios: da Justiça, R\$ 23.816.944,00, sendo R\$ 6.200.000,00 para a Política Nacional de Justiça e R\$ 17.616.944,00 para a Força Nacional de Segurança Pública no Município do Rio de Janeiro; dos Transportes, R\$ 24.927.746,00, sendo R\$ 17.427.746,00 à ANTT, para Indenização financeira a empresas de transporte semiurbano de passageiros entre o DF e municípios do entorno/GO e R\$ 7.500.000,00 ao DNIT, para obras hidroviárias emergenciais na região Norte; do Desenvolvimento Agrário, R\$ 273.267.709,00, para Contribuição ao Fundo de Garantia-Safra da Agricultura Familiar; da Defesa, R\$ 100.000.000,00, para a Política Nacional de Defesa – Apoio logístico às Forças de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro; da Integração Nacional, R\$ 362.640.000,00, para a Gestão de risco e Respostas a Desastres, sendo R\$ 250.000.000 para ações de defesa civil e R\$ 112.640.000,00 para auxílio emergencial Financeiro; e da Fazenda, R\$ 520.000.000,00, sendo R\$ 120.000.000,00 para Subvenção parcial de remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu e R\$ 400.000.000,00 para Subvenção econômica em operações de microcrédito produtivo orientado.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Perda de eficácia, em decorrência do

Último local: 18/08/2014 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destino: Ao arquivo

Último estado: 11/12/2014 - SEM EFICÁCIA

Despacho:

13/08/2014

null

Análise

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Deputado Federal Devanir Ribeiro (encerrado em 20/11/2014 - Redistribuição)

Deputado Federal Cláudio Puty (encerrado em 31/01/2015 - Fim de Legislação)

Senador Jorge Viana (Relator Revisor) (encerrado em 31/01/2015 - Fim de Legislação)

TRAMITAÇÃO

10/04/2015 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Arquivado.

26/03/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado Ofício CN nº 137 de 26/03/15, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN (fl. 62).

Ao Arquivo.

23/03/2015 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 16:04 hs.

23/03/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Anunciado o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 21 de março do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, que teve seu término de vigência ocorrido em 10 de dezembro de 2014.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 26

23/03/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário.

04/02/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Recebido nesta Secretaria Legislativa do Congresso Nacional.

Esgotado em 4 de fevereiro de 2015 o prazo de 15 dias previsto no § 1º e "caput" do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Aguardando o prazo final de 60 dias, previsto no § 2º e "caput" do art. 11 da mesma Resolução (até 21-3-2014).

04/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encaminhado à SSCLCN, conforme disposto no art. 11 da Resolução nº 01, de 2002-CN.

03/02/2015 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Em virtude do término da 54ª Legislatura deixa o Dep. Cláudio Puty de ser relator da matéria.

17/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Recebido o relatório do Deputado Cláudio Puty, em 16.12.2014, que conclui por um Projeto de Decreto Legislativo, que considera válidos e perfeitos, para todos os efeitos legais, os atos administrativos realizados sob a égide da Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014, bem assim as relações jurídicas deles decorrentes, relativos aos empenhos emitidos na forma do art. 58 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, durante sua vigência, e concernentes à execução das dotações previstas no quadro anexo à referida Medida Provisória. Anexado às folhas de nºs 56 a 59.

TRAMITAÇÃO

16/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Designado Relator do Projeto de Decreto Legislativo, referente à Medida Provisória, o Deputado CLAUDIO PUTY conforme Of. Pres. n.204/2014/CMO, desta data. Anexado à folha de nº 55.

15/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado às folhas de nºs 52 a 54, Ato Declaratório (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48, de 2014) que nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de dezembro do corrente ano.

15/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado às folhas de nºs 50 e 51, Ofício nº 538 (CN) de 12.12.2014, do Primeiro-Secretário ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem nº 95, de 2014 (CN), do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, participando que a Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de dezembro do corrente ano.

Publicado no DCN Páginas 6

12/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 49, Ofício nº 539 (CN) de 12.12.2014, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que expirou, no dia 10 de dezembro de 2014, o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014.

Publicado no DSF Páginas 5

11/12/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À CMO.

11/12/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 17:44 hs.

11/12/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Término do prazo de vigência, em 10 de dezembro do corrente, da presente Medida Provisória. Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 671

11/12/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário, para comunicação do término do prazo de vigência da MPV 654/2014 (volume principal) em 10/12/2014.

TRAMITAÇÃO

11/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SSCLCN.

10/12/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Cláudio Puty, relatório pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Poder Executivo. O Relator, quanto à emenda apresentada, indicou para INADMISSIBILIDADE. Anexados às fls. 44 a 47.

25/11/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Claudio Puty em substituição ao Deputado Devanir Ribeiro, continuando como Relator Revisor o Senador Jorge Viana, conforme Of. Pres. nºs 192/2014/CMO, de 24.11.2014. Anexado à folha de nº 43.

20/11/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexado à folha de nº 41, Of.nº 070-2014-DR, de 19.11.2014, do Deputado Devanir Ribeiro, solicitando a retirada do relatório apresentado à Medida Provisória de nº 654/2014.
- Anexado à folha de nº 42, Of.nº 071-2014-DR, de 19.11.2014, do Deputado Devanir Ribeiro, declinando da Relatoria da Medida Provisória de nº 654/2014.

20/11/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada em 20.11.2014 às folhas de nºs 39 e 40, Nota Técnica da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 654, de 2014 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

18/11/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Devanir Ribeiro, relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Poder Executivo. O Relator, quanto à emenda apresentada, indicou para INADMISSIBILIDADE. Anexado às folhas de nºs 35 a 38.

07/11/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada a folha de nº 34, referente ao Ofício nº 146/2014/CONORF, de 06/11/2014, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, indicando o Consultor Wellington Pinheiro de Araújo, para prestar assessoramento técnico ao Relator, Deputado Devanir Ribeiro.

06/11/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Devanir Ribeiro, e Relator Revisor o Senador Jorge Viana, conforme respectivamente, os Of. Pres. nºs 182 e 183/2014/CMO, de 5.11.2014. Anexado às folhas de nºs. 32 e 33.

07/10/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Medida Provisória nº 654, de 2014

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexado à folha de nº 30, ato do Presidente da mesa do Congresso Nacional nº 42, de 2014 (publicado no DOU de 07.10.2014), que prorroga o prazo da vigência desta Medida Provisória em sessenta dias.

Publicado no DCN Páginas 23

Publicado no DSF Páginas 6

25/08/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Anexado à folha nº 30 Ofício nº 343 (CN), de 21.08.2014, do Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o calendário de tramitação da Medida Provisória.

20/08/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foi encaminhado ao SEGRAF a Emenda nº 1, à MPV nº 654, de 2014, para confecção do respectivo avulso. (Publicada no DSF de 21/08/2014)

Publicado no DSF Páginas 40-42

20/08/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Secretaria de Atas e Diários, para publicação da emenda em avulsos.

20/08/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória foi apresentada 1 (uma) emenda. Anexadas às folhas de nºs 27 a 29. À SSCLCN.

19/08/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CMO, nesta data às 10h28min.

18/08/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À CMO.

18/08/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 18:43 hs.

18/08/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que a Senhora Presidente da República adotou, em 12 de agosto de 2014, e publicou no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2014, a presente medida provisória. A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas. O calendário de tramitação da medida provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional. (Ação Legislativa do dia 13/08/2014) Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 95

14/08/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN**Ação:** Ao Plenário para leitura e estabelecimento do calendário para tramitação da matéria.**14/08/2014** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN**Ação:** Juntada a Mensagem nº 237, de 2014, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 654, de 12 de agosto de 2014 (DOU de 13/08/2014), incluindo a legislação citada, às fls. 5 a 24.**13/08/2014** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN**Ação:** Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 654/2014:

- Publicação no DOU: 13-08-2014
- Emendas: de 14-08-2014 até 19-08-2014 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16-3-2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 09-09-2014(até o 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 09-09-2014
- Prazo no SF: de 10-09-2014 a 23-09-2014 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 23-09-2014
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 24-09-2014 a 26-09-2014 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 27-09-2014 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-10-2014 (60 dias)

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

13/08/2014 CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN**Situação:** AGUARDANDO LEITURA**Ação:** Este processo contém 4 (quatro) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.

Publicado no DOU Páginas 1-3

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 654/2014

Data: 13/08/2014**Autor:** Presidência da República**Local:** null**Descrição/Ementa:** Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor de R\$ 1.304.652.399,00, para os fins que especifica.

Avulso inicial da matéria

DOCUMENTOS

Data: 13/08/2014

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 654/2014:

- Publicação no DOU: 13-08-2014
- Emendas: de 14-08-2014 até 19-08-2014 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16-3-2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 09-09-2014(até o 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 09-09-2014
- Prazo no SF: de 10-09-2014 a 23-09-2014 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 23-09-2014
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 24-09-2014 a 26-09-2014 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 27-09-2014 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-10-2014 (60 dias)

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

Avulso de emendas

Data: 20/08/2014

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Nesta data foi encaminhado ao SEGRAF a Emenda nº 1, à MPV nº 654, de 2014, para confecção do respectivo avulso. (Publicada no DSF de 21/08/2014)

Nota Técnica

Data: 20/11/2014

Autor: -

Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação Legislativa: Anexada em 20.11.2014 às folhas de nºs 39 e 40, Nota Técnica da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 654, de 2014 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.